



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA

GABINETE DA PREFEITA

PROJETO DE LEI Nº 16/2021

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DA DOAÇÃO DE LOTES URBANOS DESAFETADOS A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA, no uso das atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, submete à Câmara Municipal de Itapororoca a aprovação da seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a destinar 76 (setenta e seis) lotes encravados no bem imóvel dominical, de propriedade do Município de Itapororoca, localizado no Loteamento Bairro da Roseira, com área de 14.271,76 m², à famílias de baixa renda, exclusivamente para fins de implementação da política urbana de habitação popular, na busca de garantir a efetivação do direito fundamental à moradia.

Parágrafo único. A divisão e dimensão dos lotes é a que está estabelecida na planta baixa que segue anexa à presente lei.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação dos lotes, de acordo com as regras estabelecidas em convênios a serem celebrados com entes públicos e entidades filantrópicas, exigindo-se sempre que as doações tenham como público alvo pessoas de baixa renda e em condições de insegurança habitacional.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada qualquer disposição legal em contrário.

Itapororoca/PB, 18 de agosto de 2021.

ELISSANDRA MARIA CONCEIÇÃO DE BRITO

PREFEITA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA

GABINETE DA PREFEITA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA FINS DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL DE Nº 16/2021

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Itapororoca

Ilustres Vereadores.

- 1. A aprovação do projeto de Lei Municipal de nº 15/2021 se justifica em virtude da necessidade de se dar uma destinação social à área urbana desafetada, de propriedade do Município de Itapororoca, localizado no Loteamento Bairro da Roseira, com área de 14.271.76 m².
- 2. Com a aprovação do referido projeto de lei, o Poder Executivo Municipal poderá doar, em pequenos lotes, a área desafetada e que hoje não tem nenhuma utilidade às famílias carentes que estejam residindo em áreas de risco ou não disponham de moradia, desde que preenchidos os requisitos objetivamente estabelecidos em Convênios celebrados com entes públicos e entidades filantrópicas.
- 3. Urge recordar que a moradia é um direito constitucional fundamental, positivado no art. 6º da CF/88, sendo dever do Estado assegurar o acesso à moradia, especialmente àqueles que vivem em situações de risco e que não dispõem de condições minimamente dignas de moradia.
- **4.** Portanto, a aprovação do projeto em dissenso permitirá que famílias itapororoquenses, hoje desprovidas de moradia, possam ter acesso a esse direito fundamental tão importante.
- 5. Ressalte-se que as doações serão realizadas por meio da Secretaria Municipal de Ação Social, após rigoroso critério de seleção e análise dos requisitos estabelecidos nos convênios.
- **6.** São essas as considerações que explano, visando a aprovação do Projeto de Lei em destaque.

Itapororoca/PB, 18 de agosto de 2021.

ELISSANDRA MARIA DA CONCEIÇÃO DE BRITO

Prefeita Constitucional